



PROTOCOLO Nº: 21/2020 **Nº CONTROLE:** 232442 **CGM:** 79829
TITULAR: CAMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
CNPJ: 90776279000192
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO
LOGRADOURO: VER DR JOAO DUBAL GOULART, 942
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: ITAQUI
DATA: 17/01/2020

OUTROS DADOS

Dispõe sobre a Programação financeira de desembolso da Câmara de Vereadores para exercício 2020.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/2020 - OL.

DOCUMENTOS

ASSINATURA DO REQUERENTE

CAMARA DE VEREADORES DE ITAQUI

ASSINATURA RETIRADA DE DOCUMENTOS

DATA: ____/____/____

NOME:

CPF/CI:



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI - RS PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ

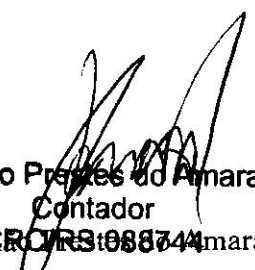
Memorando interno nº 02/2020-CTB

Itaqui (RS), 17 de Janeiro de 2020

Ao Senhor
Gustavo Martini Finger
Secretário Executivo da Câmara de Vereadores

Solicita-se encaminhamento e autorização junto a Presidência para emissão de Resolução que dispõe sobre a programação financeira de desembolso da Câmara de Vereadores para o exercício de 2020, a fim de cumprir obrigatoriedade e obediência às Leis Federais 101/2000 e 4.320/1964.

Atenciosamente,


Ramão Pereira do Amaral
Contador
Ramão Pereira do Amaral
Contador – CRC/RS 088744

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Protocolo
Protocolo
Rubrica
Folha nº 01

JUSTIFICATIVA

A Lei Complementar no 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) avoca como pilar essencial para uma boa governança da União, Estados, Distrito Federal e Municípios o “equilíbrio das contas”, indicando para o seu alcance a utilização de alguns instrumentos gerenciais no momento da tomada de decisão.

Dentre esses instrumentos destaca-se a “Programação Financeira e Cronograma Mensal de Desembolso”, conforme expressa o art. 8º da LRF:

Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Vale lembrar que esse instrumento já se encontrava expresso junto a Lei Federal no 4320, de 1964, conforme se pode observar junto ao seu art. 472. Portanto, a “programação financeira e o cronograma de desembolso” não é uma novidade na área pública.

Veja que sua essência é manter, durante o exercício, o equilíbrio das contas públicas, ou seja, que na execução dos programas de governo exista recursos suficientes para realiza-los, bem como a receita arrecadada se mantenha no mesmo nível da despesa realizada.

Por este motivo, entende-se que não se trata somente de um demonstrativo obrigatório, determinado por lei, mas, sim, de uma ferramenta gerencial que irá estabelecer um “fluxo de caixa”, por fonte de recurso, ajustável no transcorrer do exercício, com vistas a evitar a insuficiência financeiros, protegendo, assim, o gestor público de possíveis penalidades.

Portanto, uma vez elaborado o demonstrativo sua revisão será periódica (bimestral), sendo recomendável mensalmente, a fim de que sejam revistas as suas cotas e liberações, devido a sua ligação direta com gestão e planejamento de cada unidade orçamentária.

Destaca-se que a LRF estabelece que em até 30 dias após a promulgação do orçamento o Poder Executivo deverá publicar a programação financeira e o cronograma de desembolso, nos termos dispostos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente para o período, de forma consolidada.

A programação financeira tem por objetivo:

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Protocolo

Protocolo

Rubrica

Folha nº 02

- ✓ identificar as causas do déficit financeiro ou orçamentário, quando houver;
- ✓ servir de subsídio para a definição dos critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira, em caso de não atingimento dos resultados fiscais (nominal e primário) previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101, de 2000;
- ✓ identificar e corrigir as falhas no planejamento orçamentário e financeiro;
- ✓ permitir o planejamento do fluxo de caixa de toda a Administração Municipal, direta e indireta, e o controle deste fluxo, conforme prevê o art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 2000;
- ✓ fazer frente, financeiramente, aos riscos fiscais previstos no Anexo de Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000 e previstos no orçamento na Reserva de Contingência, conforme art. 5º, III, "b" da LRF;
- ✓ permitir a correta utilização dos recursos financeiros legalmente vinculados ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso;
- ✓ permitir o cumprimento em ordem cronológica de vencimentos dos compromissos legais e os decorrentes de fornecimentos e prestação de serviços com o Poder Público;
- ✓ viabilizar o instrumento de comprovação do planejamento do impacto orçamentário e financeiro, previsto na Lei Complementar nº 101, de 2000, arts. 14, 16 e 17.

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Protocolo

Protocolo

Rubrica

Folha nº C



RESOLUÇÃO DE MESA Nº _____, DE _____ DE 20__.

Dispõe a programação financeira e cronograma de desembolso da Câmara Municipal de Vereadores para o exercício de 2020.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A autorização para a realização da despesa e movimentação financeira do Poder Legislativo é determinada consoante a Lei que estima a receita e autoriza a despesa do Município, Lei nº 4427 de 19 de dezembro de 2019, podendo ser alterada por créditos adicionais considerando a efetiva arrecadação da receita no exercício, nos termos da CF art. 29-ª.

Parágrafo único – Faz parte integrante desta Resolução o Anexo I que dispõe sobre o cronograma de desembolso que o Legislativo fica autorizado a utilizar no exercício.

CAPÍTULO II

DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Art. 2º. O cronograma de desembolso, com o objetivo de cumprir o princípio do planejamento e do equilíbrio das contas públicas, se destina a:

I – assegurar ao Legislativo a efetivação do planejamento realizado, com vistas à melhor execução das suas ações;

II — servir de subsídio para a definição dos critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira;

III — possibilitar identificar as falhas no planejamento orçamentário;

IV — a permitir o planejamento do fluxo de caixa do Poder Legislativo e o controle deste fluxo, conforme prevê o art. 50, II, da Lei Complementar nº 101/2000;

V — permitir o cumprimento dos compromissos legais e os decorrentes de fornecimentos e prestação de serviços com o Poder Público;

VI — viabilizar o instrumento de comprovação do planejamento do impacto orçamentário-financeiro, previsto na Lei Complementar nº 101, no exercício e nos dois seguintes:

a) da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental prevista no art. 16, I;

b) da despesa obrigatória de caráter continuado, prevista no art. 17, § 1º.

VII — permitir a correta utilização dos recursos financeiros legalmente vinculados ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso;

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAOC
Protocolo

Protocolo

Rubrica

Folha nº



VIII — permitir ao Município o cumprimento em ordem cronológica de vencimentos dos compromissos legais e os decorrentes de fornecimentos e prestação de serviços com o Poder Público;

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DA DESPESA

Art. 3º. Fica estabelecido, conforme o Anexo I desta Resolução, o cronograma mensal de desembolso do Poder Legislativo.

Parágrafo único. O cronograma de desembolso da despesa deverá ser revisto no mínimo bimestralmente, com vistas a adequar o planejamento com a efetiva necessidade e disponibilidade de recursos.

Art. 4º. Em havendo a abertura de crédito adicional que resulte no aumento da despesa prevista, desde que permaneça dentro do limite disposto pela Emenda Constitucional nº 25, o mesmo deverá repercutir no orçamento através da re-estimativa das transferências e adequação do planejamento da despesa.

CAPÍTULO IV

DOS DESEMBOLSOS

Seção I

Dos Critérios Para os Desembolsos

Art. 5º. As exigibilidades inscritas na contabilidade do Município e que se referirem as exigibilidades inerentes ao Poder Legislativo obedecerão à estrita ordem cronológica de seus vencimentos.

Parágrafo único. A observância da ordem de que trata o *caput* poderá ser alterada:

I – para os pagamentos de adiantamento de despesas de que trata a Lei Municipal nº 4344/2018;

III – nos casos em que decorram vantagem financeira para o Erário, como descontos e abatimentos de no mínimo 5% sobre o valor a pagar;

IV – para pagamentos de despesas extra-orçamentárias inscritas no passivo financeiro;

V – precatórios e sentenças judiciais.

Art. 6º. A elaboração dos contratos e atos convocatórios de licitação, no que se refere à forma de pagamento prevista no art. 40, XIV, "b" e Art. 55, III, da Lei nº 8.666/1993, deverão obedecer ao planejamento do fluxo de caixa de que trata esta Resolução.

CAPÍTULO V

DA ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Art. 7º. A Administração da Câmara, através do Secretário Executivo ficará responsável pela elaboração e coordenação do planejamento de que trata esta Resolução.

Parágrafo único. A cada bimestre, no mínimo, será aprovada a atualização do Anexo de que trata esta Resolução, caso haja alteração.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º. A fiscalização e acompanhamento da presente Resolução fica a cargo dos órgãos que integram o controle interno na Câmara que comunicará, periodicamente, ao Presidente da Câmara, o resultado financeiro dos fluxos de caixa e procederá à avaliação do seu cumprimento.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.